

DEMOCRACIAS, GOLPES E REVOLUÇÕES: CONEXÕES HISTÓRICAS

PERNAMBUCANOS



Apoio:

ANPUPE

SOCIO HUMANITAS

BRASIL



Realização:

HISTÓRIA

Escola de Educação,

Humanidades, Direito,

Economia e Gestão



PO-GRADUAÇÃO DE PESQUISA

POS-GRADUAÇÃO E INovação



PPGH

UNIVERSIDADE FEDERAL

DE PERNAMBUCO

UFPE

huns poucos obscuros, e miseráveis
estáu de soco, e prosperi-

surgindo do abismo, a que

perpetráu o louco,

No escuro,

da Villa de Sesto

cedido

A MILITÂNCIA FEMININA NO REGIME CIVIL-MILITAR: RESISTÊNCIA E PRODUÇÃO INTELECTUAL EM PERNAMBUCO (1964-1978)

Maria Giuliana da Silva Santos

Graduanda em História

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

giuliana.ssantos@ufpe.br

RESUMO: A pesquisa que fundamenta este trabalho buscou compreender os processos de formação da militância política e a profissionalização de mulheres presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime civil-militar no Nordeste brasileiro, entre 1964 e 1978. Focando nas mulheres que produziram no âmbito acadêmico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental no recorte temporal anunciado. Como resultado, identificou-se a participação de 35 mulheres presas e/ou perseguidas por distribuírem textos contrários ao regime, das quais 17 se destacaram como produtoras de conteúdos a favor da democracia no cenário acadêmico. Tais documentos se debruçam a produções de dissertação de mestrado, artigos e trabalho de conclusão de curso (TCC). Evidenciou-se, com isso, não apenas a inserção feminina no espaço público, mas especialmente a produção textual como um dos lugares de evidência no campo político, destacando o papel dessas mulheres nos movimentos sociais em diversas frentes revolucionárias. A análise das narrativas dessas militantes e suas trajetórias políticas revela a importância da atuação feminina na construção da História.

Palavras-chave: História das Mulheres; Ditadura civil-militar; Pernambuco.

Introdução

Tal trabalho é parte de um projeto de iniciação científica intitulado “Levantamento de produções textuais de presas e/ou perseguidas politicamente durante o regime civil militar no estado de Pernambuco (1964-1979)” que deriva de um projeto

já consolidado com o título “A relação mulheres - educação e regime político autoritário no nordeste do Brasil (1964-1979)” financiado a partir do edital Universal MCTI/CNPq (2022-2024). A proposta do projeto é a realização do levantamento do número das mulheres envolvidas em produções textuais durante o recorte temporal anteriormente anunciado. Perceber sua participação política a partir de veículos de comunicação que foram considerados subversivos.

Pesquisar sobre ações “subversivas”, que era toda aquela que desobedecesse o Estado autoritário e o anticomunismo (HESSMANN, 2009, p. 02), ainda mais sobre as mulheres que iam contra esse autoritarismo, é contribuir com a escrita da história mais plural, em que pessoas simples aparecem, em que mulheres ativas aparecem. Evidenciar resistências através de algo visível como os jornais, panfletos, e até pichações em muros é algo que, notoriamente, as pessoas preferem não enxergar.

Ao relacionar as mulheres ao silêncio, Michelle Perrot destaca como lhes foi negado o poder de fala pública, confinando-as a uma posição subordinada e secundária. No entanto, na sociedade francesa de meados do século XIX, as mulheres marcaram presença nas greves e em outras manifestações coletivas, desafiando essas limitações e abrindo “brechas que racham o muro do silêncio.” Este trabalho se propõe a investigar as diversas formas de resistência empregadas por essas mulheres, analisando de que maneira, mesmo diante de tentativas persistentes de silenciamento, elas conseguiram ocupar espaços públicos e simbolizar uma ruptura com as normas impostas, reafirmando suas vozes na construção de uma nova sociabilidade.

Ao longo da história, a resistência feminina também se manifestou em regimes de opressão política e autoritária, como nos regimes civil-militares. No Brasil, entre 1964 e 1985, o regime ditatorial estabeleceu um aparato de repressão que buscava silenciar não apenas opositores políticos, mas também todos aqueles que questionassem a ordem vigente. Nesse contexto, a presença feminina em movimentos de resistência revela uma continuidade da luta contra o silenciamento. Mulheres enfrentaram tanto o regime quanto a estrutura patriarcal que tentava relegá-las ao espaço privado, contribuindo com sua atuação em greves, redes de apoio a perseguidos políticos, e produções textuais que reivindicavam liberdade de expressão (Ferreira, 1996).

Em Pernambuco, foram registrados cerca de mais de 20.000 presos políticos durante o regime civil-militar. A fim de mapear e localizar as mulheres pernambucanas, Barreto et al. (2024) localizou 222 mulheres presentes na resistência, das quais foram presas por motivações diversas. Dentre essas, algumas foram julgadas, perseguidas e/ou

presas por divulgarem escritos com tom contrário à força autoritária e a favor de uma revolução. A partir da leitura de processos individuais e os processos de comissão especial de ex-presos políticos, disponibilizados no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), é possível localizar quais dessas mulheres foram enquadradas subversivas por produzirem e/ou divulgarem tais escritos.

Além da pesquisa documental, a pesquisa se debruça sobre a pesquisa bibliográfica. As autoras Susel de Oliveira Rosa e Margareth Rago também foram essenciais para o complemento acerca da resistência das mulheres na ditadura civil-militar brasileira. Rosa, no livro “Mulheres, ditadura e memória - ‘não Imagine que precise ser triste para ser militante’” (2013) busca tratar da resistência e da participação feminina nos regimes autoritários e a importância de tratar da memória viva desses momentos. Rago, por sua vez, em seu trabalho “A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade” (2011) trata das interseções entre feminismo, subjetividade e práticas discursivas, valorizando a escrita sobre as mulheres como ferramentas de resistência. Ambos os trabalhos tratam de expor os testemunhos de sobreviventes e ex-presas políticas. Através de seus depoimentos, é possível traçar a formação política e em quais órgãos do movimento esquerdista elas atuavam.

Além disso, se fez necessária a análise da narrativa de tais mulheres a posteriori a experiência. Por isso, o trabalho contou com a contribuição da apresentação do documentário “Vou contar para meus filhos”, dirigido por Tuca Siqueira, diretora de cinema, foi produzido dentro do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e Movimento Tortura Nunca Mais. Tal documentário possui depoimentos de presas políticas na Colônia do Bom Pastor. A fala das militantes como Eridan Magalhães, que conta como foi rotulada por adjetivos sexuais por fazer parte da militância esquerdista, servem como informações essenciais para contarmos e ressaltarmos a presença feminina na resistência e no cotidiano, apesar do esforço de invisibilizá-las.

Sob a leitura do processo de Célia Maria Uchôa Leite, é possível encontrar os tipos de escritos que eram divulgados na sociedade pernambucana. Presa em flagrante, Célia era estudante de ensino superior, que foi presa em fevereiro de 1967 aos 22 anos. O panfleto que estava divulgando continha o seguinte conteúdo:

[...] AO Povo PERNAMBUCANO

No Brasil temos uma ditadura militar. Esta ditadura engana o povo de muitas maneiras. A última maneira de enganar o povo é o “cruzeiro novo”, que foi inventado para encobrir a desvalorização do dinheiro. Este “cruzeiro novo” não vai melhorar tudo, vai piorar. O salário mínimo de 67 vai continuar sendo o que foi ou 66: salário de fome.

Essa ditadura existe apenas para manter os privilégios dos ricos poderosos e dos americanos. Para o povo mesmo: NADA.

Não foram permitidas as eleições diretas para governadores e Presidente e vem agora um novo ditador Costa e Silva.

Não aguentamos mais. O que o povo tem que fazer é se unir para protestar e lutar pela derrubada da ditadura:

ABAIXO COSTA E SILVA

ABAIXO A DITADURA

FORA OS AMERICANOS.

(Prontuário individual de Célia Maria Uchôa Leite nº 17.852. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Recife.)

O conteúdo do panfleto ressalta a importância da união da população, a fim de combater os militares e suas forças armadas. Além disso, destaca como a sociedade não foi informada do cenário em que estava incluída e como a resistência esquerdistas estava atuando contra os militares. Tal situação foi analisada por Soares (2021), que incluiu em seu trabalho os impactos da ditadura civil-militar na Universidade do Recife (UR)/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Sobre isso, ele destaca que “o panfleto é um instrumento de luta e comunicação por produzir e divulgar informações sobre os ideais e práticas dos militantes.” (Soares, 2021, p. 96).

A presença universitária na resistência ao regime civil-militar era crescente e a presença das mulheres nas universidades aumentava a cada década no século XX. Segundo Barreto et al. (2023), é possível perceber uma crescente participação entre os anos do século XX. Como pode ser visto no gráfico 1, a quantidade de mulheres no ensino superior saiu de 7.639 no censo de 1940 para 41.199 em 1960 e 138.496 de acordo com o censo de 1970. Tais números, mais do que representar o volumoso acesso ao ensino superior, dá a ver, como as mulheres estavam participando e ascendendo no sistema educacional e consequentemente no espaço público.

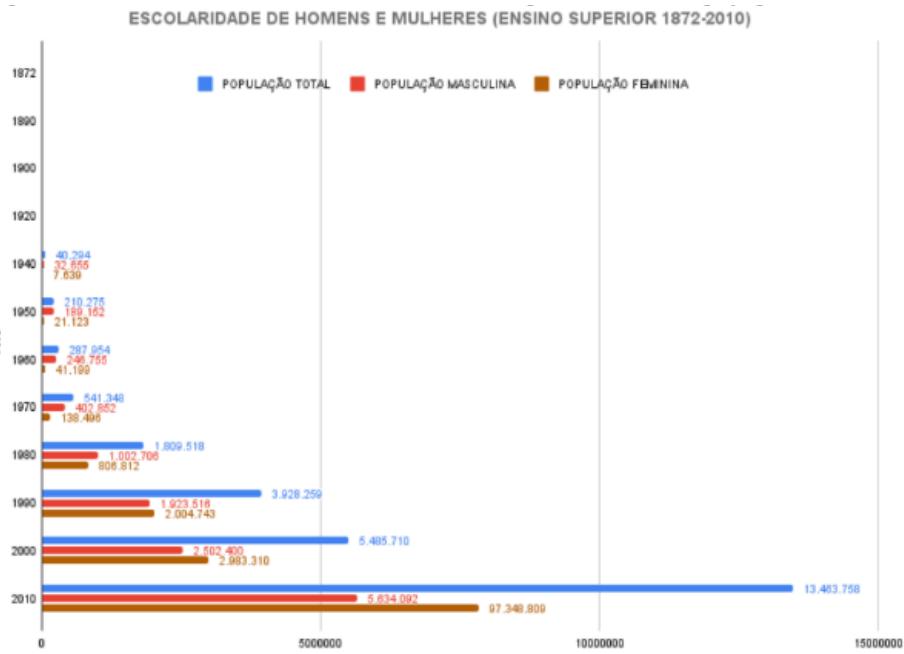


Figura 1: Escolaridade de homens e mulheres (ENSINO SUPERIOR 1872-2010)

Fonte: Barreto et al. (2023)

Além dos panfletos, a pesquisa se debruçou para analisar a presença das mulheres em outros veículos de comunicação. Os mapeados foram os jornais e as produções acadêmicas, através de artigos publicados baseados em reivindicações estudantis e tese de doutorado. Dentre as mulheres mapeadas em Pernambuco, enquanto perseguidas e/ou presas políticas que tiveram por crime a participação na produção textual, contabilizou-se 35 e o perfil educacional delas era diverso, como pode ser visto no gráfico abaixo:

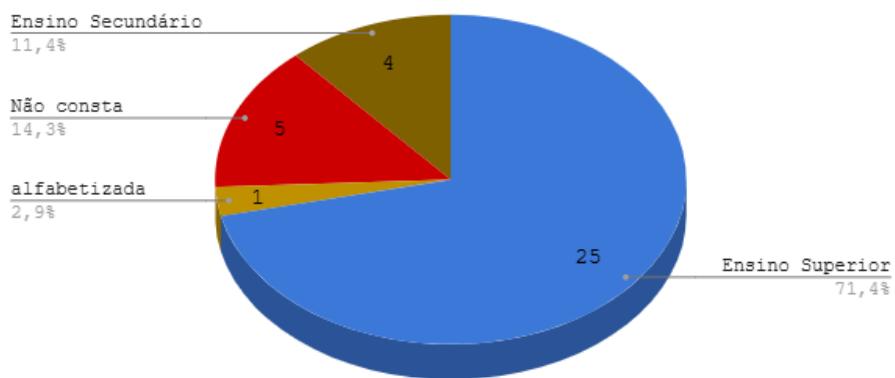


Figura 2: Escolaridade de mulheres mapeadas no presente trabalho

Fonte: a autora (2024)

Sabendo da marcante presença das mulheres na universidade, cabe analisar quais tipos de resistência foram utilizadas por elas durante o regime civil-militar, enquanto estudantes da graduação. A partir desse questionamento, coube analisar os depoimentos e os prontuários das ex-presas políticas, a fim de perceber sua participação na mobilização popular.

Liana Maria

Pertencente ao movimento estudantil da época, a economista Liana Maria Lafayette Aureliano da Silva foi perseguida por assinar o “Manifesto em Solidariedade ao Povo Cubano”. De acordo com seu processo, considerando-a subversiva e perigosa, os militares afirmam que sua prisão deveria ser efetuada, isso porque “seu nível intelectual e capacitação política não lhe permitiam ignorar a sua responsabilidade de tentativas de alterar as estruturas política e social do Brasil”. (Prontuário Individual de Liana Maria Lafayette Aureliano Nº 14.602. Fundo SSP/DOPS - PE. APEJE. Doc. Nº 12).

Dentre as publicações que têm a autoria de Liana Maria, há a sua dissertação defendida em 1976 pelo Programa de Pós-graduação na Universidade Estadual de Campinas (SP). A autora, em seu trabalho “No limiar da industrialização: estado e acumulação de capital” (1976), examina como o Estado, ao invés de atuar como um facilitador neutro do desenvolvimento, esteve profundamente envolvido na acumulação de capital, muitas vezes beneficiando certos grupos econômicos e elitistas. Sobre isso, a economista entendeu, à época, que “ao nível do jogo presente de interesses, a ação do Estado se faz de modo contraditório, como que respondendo concomitantemente aos interesses de distintos grupos.” (Silva, 1976, p. 126)

De acordo com seu processo do DOPS, sua perseguição teve início em 1964, logo no início da ditadura civil-militar, e por isso ela se pôs em fuga. O trabalho de Raphael Henrique Roma Correia (2017), intitulado “Presos em nome da Ordem: as prisões preventivas e suposta solução à subversão pernambucana em 1964”, conta como foi a sua trajetória como perseguida, exilada, mas presente na militância clandestina.

[...] Liana Maria Lafayette, após passar alguns meses na casa do senhor Antônio Dantas, não quis mais depender tanto de sua sorte e deixou o estado de Pernambuco em direção ao Rio de Janeiro e depois exilou-se no Chile. Retornou ao Brasil ainda em condição clandestina na década de 1970 e radicou-se em São Paulo, onde hoje dedica-se à atividade de pesquisa e docência na USP - Universidade de São Paulo. (Correia, 2017, p. 124)

A produção de Liana Maria ocorreu durante os anos da ditadura civil-militar, evidenciando a presença das mulheres esquerdistas nas universidades, a fim de denunciar o violento cenário brasileiro. Como foi citado anteriormente, ao analisar a estrutura dos modelos de industrialização adotados no Brasil, a economista apresentou as alarmantes desigualdades sociais e regionais crescentes no país. Tal crítica é visualizada, também, no manifesto que militantes divulgavam nas ruas do Recife, sobre a perseguição dos militares, quando no panfleto divulgado por Célia Maria Uchôa Leite, os militantes ressaltam que “Essa ditadura existe apenas para manter os privilégios dos ricos poderosos e dos americanos. Para o povo mesmo: NADA.” (Prontuário individual de Célia Maria Uchôa Leite nº 17.852. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Recife).

Além da trajetória de Liana, destaca-se as mulheres localizadas por produzirem textos acadêmicos como a economista: a professora Elisabeth de Souza Lobo Garcia, com publicações sobre o movimento feminista, a assistente social Ana Rita de Castro Almeida, sob posse de livros considerados subversivos, a economista Vera Silva Araújo de Magalhães, responsável pela divulgação do Manifesto Comunista, e as estudantes de ensino superior Sônia Maria de Arruda Beltrão, com sua publicação de mestrado, Maria Tereza Lemos Vilaça e Ana Maria Gomes Ceolho, com reivindicações estudantis da Universidade do Recife e Universidade Federal de Goiás, repectivamente.

O perfil da militância é marcadamente diverso, refletindo a multiplicidade de formas de engajamento político e social das mulheres envolvidas. Cada uma, com sua trajetória e ação, contribui para a luta de maneiras distintas, mas igualmente impactantes, mostrando que a militância não segue um único molde ou formato. Essa diversidade de perfis de militância destaca como as mulheres, em diferentes áreas de atuação e com diferentes formas de engajamento, contribuíram para as lutas políticas e sociais de sua época. A militância pode ser tanto teórica quanto prática, pública ou discreta, ideológica ou reivindicatória, mas, em todos os casos, foi um reflexo da busca por justiça e transformação.

Conclusão

A análise dos prontuários e dos testemunhos recolhidos *a posteriori*, em outras fase da vida de algumas delas, revela ainda que, além de serem produtoras de conteúdo anti-governo ditatorial, muitas dessas mulheres desempenharam papéis cruciais como

mediadoras, arriscando suas vidas ao distribuir materiais que denunciavam as injustiças do regime.

Sobre o fenômeno da mediação, as historiadoras Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen, discutem sobre os “intelectuais mediadores” como sendo essenciais para a formação da cultura e a divulgação de influência nos meios sociais. No trabalho intitulado “Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política.” (2016), as autoras discorrem sobre como nossa sociedade não valoriza o produto da mediação cultural, uma vez que “tais mediadores, de enorme relevância na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e não se identificam pela categoria de intelectual” (p. 9), sendo assim inferiorizados.

O perfil dos mediadores não é fixo, e sim diverso. Hansen e Gomes ressaltam que os intelectuais mediadores “podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade”(Gomes e Hansen, 2016, p. 21). Dessa forma, os locais onde tais mediadores atuam são diversos, sendo num local formal, como os jornais, ou em revistas e periódicos, ou através da enunciação em um “público de corte determinado, como o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma organização ou comunidade étnica” (Ibid).

Considerar as mulheres que foram presas e perseguidas durante a ditadura civil-militar como mediadoras do conhecimento é fundamental, pois revela o papel central que desempenharam na resistência ao regime. Ao se responsabilizar pela divulgação de informações que o governo tentava ocultar, essas mulheres atuaram de maneira decisiva na democratização do acesso à informação, utilizando panfletos e outros meios para alcançar a população

A partir da narrativa da trajetória de Liana e de outras sobreviventes ao regime civil-militar, a memória desse momento brasileiro marcado pelo cerceamento de liberdade se faz essencial. Destacar a presença das mulheres nas universidades, especialmente no ensino superior, reflete não só a ascensão educacional das mulheres, mas também sua crescente participação em debates políticos e sociais importantes para a resistência à ditadura. Além disso, permanecer presente a narrativa das diversas formas de resistência, para além da luta armada, percebe-se a forte expressão ideológica e cultural presente nas movimentações esquerdistas, a partir da mobilização e conscientização.

Nesse sentido, a análise das narrativas das mulheres militantes e suas trajetórias políticas é essencial para revelar o papel fundamental da atuação feminina na construção da História, especialmente no contexto da resistência à ditadura civil-militar. As mulheres, muitas vezes marginalizadas e silenciadas nos relatos tradicionais, desempenharam funções cruciais na formação e disseminação de conhecimento contra o regime, tanto como produtoras de conteúdo crítico quanto como mediadoras ativas. Essas trajetórias, muitas vezes invisíveis, expõem um protagonismo até então obscurecido pela historiografia convencional. Ao se engajarem na circulação de materiais de denúncia e na mobilização das massas, essas mulheres foram essenciais para garantir que as verdades sobre a repressão chegassem ao público, desafiando o silêncio imposto pelo regime.

Reconhecer essas mulheres como mediadoras culturais e políticas não apenas valoriza suas ações, mas também ressalta o impacto das mulheres na articulação de uma memória crítica e na resistência política e cultural. Assim, a análise de suas trajetórias é não só um resgate da história de luta contra a ditadura, mas também um fortalecimento da ideia de que a participação feminina foi um pilar na resistência ao autoritarismo, configurando uma ação de grande relevância na construção da memória democrática do Brasil.

Referências Bibliográficas

- HESSMANN, D. R. L. **Combatendo a "peste vermelha": a construção do subversivo entre o alto e baixo escalão dos órgãos de repressão durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza- CE. História e Ética : Simpósios Temáticos e Resumos do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza- CE: Editora. p. 403.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Côrrea — São Paulo: Contexto, 2007.
- CORREIA, R. H. R. **Presos em nome da Ordem: as prisões preventivas e suposta solução à subversão pernambucana em 1964**. 2017. 142 f. (Mestrado em História)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- FERREIRA, Elizabeth Ferreira Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOMES, A. C; HANSEN, P. S. (Orgs.). **Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488 p.
- LIMA, G; OLIVEIRA, G. **Mulher, educação e participação política: o caso Pernambucano (1947-2022)**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.
- Prontuário individual de Célia Maria Uchôa Leite nº 17.852. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Recife.
- Prontuário Individual de Liana Maria Lafayette Aureliano Nº 14.602. Fundo SSP/DOPS - PE. APEJE. Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Recife.
- PERNAMBUCO. **Processos individuais**. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado de Pernambuco. Fundo: SSP/DOPS/Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).
- PERNAMBUCO. **Processos de indenização de ex-presos políticos**. Acervo Cepe. Recife, s.d.
- BARRETO, R. A. D. N.; SILVA, M. E. G. B. da; SILVA, H. S. **Política como ação educativa: mulheres contra a ditadura civil-militar no Brasil**. Revista Argentina de Investigação Educativa, no prelo, 2024.
- RAGO, M. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2013. 341p.
- ROSA, S. O. **Mulheres, ditadura e memória - ‘não Imagine que precise ser triste para ser militante’**. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2013. 328p.